



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A EPISTEMOLOGIA DO TERRITÓRIO DE JOSÉ REIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DAS ESCALAS DE ANÁLISE

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O ensaio tem como objetivo analisar a concepção de Epistemologia do Território, formulada por José Reis. A partir de abordagem teórica, dividimos o ensaio em quatro partes. Na primeira, indicamos breve registro biográfico de José Reis e contribuições de António Simões Lopes para sua proposta; na segunda, elencamos elementos centrais da proposta de epistemologia do território; na terceira, problematizamos os pilares institucionalistas, fundamentais à proposta de José Reis; e, na quarta parte, retomamos os principais elementos conceituais da sua abordagem territorialista, problematizando as três dimensões para abordagens territorialistas e as duas posteriores, que decorrem de intersecções entre as primeiras. Concluimos que a proposta de José Reis objetiva compreender o desenvolvimento como elemento a favor do bem-estar das pessoas, inserido em complexos processos sociais, nos quais a economia é mais um de tantos outros fatores que devem ser compreendidos em cenários diversos, incertos e em diferentes escalas. Desenvolvimento não é resultado de elementos exclusivamente relacionados com o território, pois depende, também, de planejamento político e de estratégias pensadas a partir de articulações em diferentes escalas, cuja abertura confere adequada atenção aos problemas e necessidades regionais.

Palavras-chave. Epistemologia do Território; José Reis; Desenvolvimento Territorial; Escalas de Análise.

The epistemology of the territory by José Reis: contributions to the study of territorial development and scales of analysis

***Abstract.** Territory, formulated by José Reis. Parting from the theoretical approach, we organized this essay in four parts. In the first one, we indicated a brief biographical register of José Reis and contributions from António Simões Lopes to his proposal; in the second, we featured central elements of the Epistemology of the Territory proposal; in the third, we problematized the institutionalist pillars, fundamental to the proposal of José Reis; and, in the fourth part, we recovered the conceptual main elements of the territorialist approach by José Reis, problematizing the three dimensions for territorialist approaches and the two subsequent, that come from intersections among the first ones. We concluded that the proposal of José Reis aims to understand the development as an element in favor of people's well-being, inserted in complex social processes, on which the economy is one of the many factors that must be understood in diverse, uncertain scenarios, and in different scales. Development is not the result of elements exclusively related to the territory, because it depends, also, of political planning and strategies thought from the articulations in different scales, whose opening offers proper attention to the regional issues and needs.*

Key-words: Epistemology of the Territory; José Reis; Territorial Development; Scales of Analysis.

La epistemología del territorio de José Reis: contribuciones para el estudio del desarrollo territorial y de las escalas de análisis

Resumen. *Territorio, formulada por José Reis. A partir del abordaje teórico, repartimos el ensayo en cuatro partes. En la primera, indicamos breve registro biográfico de José Reis y contribuciones de António Simões Lopes para su propuesta; en la segunda, elegimos elementos centrales de la propuesta de la epistemología del territorio; en la tercera, problematizamos los pilares institucionalistas, fundamentales a la propuesta de José Reis; y, en la cuarta parte, regresamos a los principales elementos conceptuales del abordaje territorialista de José Reis, problematizando las tres dimensiones para los abordajes territorialistas y las dos posteriores, que surgen de intersecciones entre las primeras. Concluimos que la propuesta de José Reis objetiva comprender desarrollo como elemento en favor del bien estar de las personas, inserido en complejos procesos sociales, en los cuales la economía es uno más de tantos otros factores de deben ser comprendidos en escenarios distintos, inciertos y en diferentes escalas. Desarrollo no es resultado de elementos exclusivamente relacionados con el territorio, pues que depende, también, de planes políticos y estrategias pensadas a partir de articulaciones en distintas escalas, cuya apertura confiere adecuada atención a los problemas y necesidades regionales.*

Palabras clave: Epistemología del Territorio; José Reis; Desarrollo Territorial; Escalas de Análisis.

1. Introdução

Este ensaio foi elaborado a partir da leitura da publicação “*Uma epistemologia do território*”, autoria unilateral de José Reis, cuja publicação ocorreu em 2005, na Revista *Estudos, Sociedade e Agricultura*, da Universidade do Rio de Janeiro. Procuramos outros textos de José Reis, com objetivo de compreender sua matriz teórico-metodológica – institucionalismo econômico- e os contornos da proposta de *uma epistemologia do território*, para apreender como suas análises são articuladas em escritos mais recentes.

Dessa forma, buscamos responder a duas perguntas: *no que consiste a proposta de uma epistemologia do território, formulada por José Reis (2005)? E quais são suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento territorial e das escalas de análise?*

Como objetivo geral, apresentamos a concepção de Epistemologia do Território, enquanto proposta formulada por José Reis (2005), e refletimos sobre a contribuição desta às discussões de desenvolvimento territorial e das escalas de análise. De forma específica, apresentamos breve biografia do autor; indicamos os pressupostos de sua proposta, conceitos e articulações; discutimos sua proximidade com abordagens de matriz relacional; e tentamos compreender seu conceito de território e a relevância deste às escalas de análise.

Quanto à seleção de textos, todos foram selecionados a partir de pesquisa na base de dados da SCIELO e nos perfis acadêmicos de José Reis, mantidos por ele nos portais ACADEMIA e ResearchGate, e, também, no perfil institucional do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A partir do acesso a tais plataformas, selecionamos alguns textos que auxiliam na compreensão dos argumentos que formam a base da proposta de *epistemologia do território* (REIS, 2005). Desde já também esclarecemos: este será o texto central de nossa análise. Portanto, sempre que fizermos referências genéricas a José Reis, estaremos nos direcionando àquele, cuja publicação foi em 2005. Nos demais casos (REIS, 1998; 2015; 2019; 2020), faremos as devidas referências, pois selecionamos outras produções com publicação anterior e posterior ao marco temporal do texto que norteará nossa discussão.

O ensaio se divide em quatro partes, desconsiderando a introdução, conclusão e referências. Na primeira, indicamos breve registro biográfico de José Reis e

contribuições de António Simões Lopes para sua proposta; na segunda, elencamos elementos centrais da proposta de epistemologia do território; na terceira, problematizamos os pilares institucionalistas, fundamentais à proposta de José Reis; e, na quarta parte, retomamos os principais elementos conceituais da abordagem territorialista de José Reis, problematizando as três dimensões para abordagens territorialistas e as duas posteriores, que decorrem de intersecções entre as primeiras.

2. Um breve registro biográfico da trajetória de José Reis

José Reis é docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), onde se licenciou (1978) e concluiu doutorado (1989) em Economia. Ocupa a categoria mais alta da carreira docente, por isso, em sua descrição biográfica, disponível no perfil institucional da Universidade em que leciona (CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2022), é indicado como *professor catedrático*. Sua tese de doutorado foi publicada em livro, em 1992, sob o título "Os Espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal" e obteve agregação no ano de 1998, com a lição "O institucionalismo económico: crónica sobre os saberes da Economia". Desempenha e vem desempenhando diversas funções públicas, presidindo órgãos e institutos de pesquisa. Para facilitar o acesso a informações centrais sobre José Reis, reproduzimos as principais funções, cargos e pesquisas por ele desenvolvidas, conforme registro do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2022):

É membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas e Coordenador do Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro [1996-1999], Secretário de Estado do Ensino Superior [1999-2001], Presidente do Conselho Científico [1992-1994 e 2000-2004] e Diretor da FEUC [2009-2015] e Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Economia Política [2016-2020]. Em 2018 foi convidado da Maison des Sciences de l'Homme, em Paris, como Directeur d'Études Associé. Tem sido investigador ou professor visitante em Universidades dos Estados Unidos da América, da França, da Itália e do Brasil. Desenvolve investigação em três grandes áreas: a) organização e evolução dos sistemas económicos, tendo em conta as dinâmicas produtivas, o trabalho e os sistemas de emprego e de provisão e as formas de inserção internacional; b) territórios, sistemas produtivos e as dinâmicas regionais; c) governação e instituições da economia. Assume uma perspectiva de economia política institucionalista e interessa-se pelas economias portuguesa e europeia. É autor dos seguintes livros: "Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos", Coimbra, Almedina, 2020, "A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa periferia persistente (1960-2017)", Coimbra, Almedina, 2018, "Ensaio de Economia Impura", Coimbra, Almedina/CES, 2007 (1ª edição) e 2009 (2ª edição), "Portugal e a Europa em Crise: Para acabar com a economia de austeridade", Lisboa, Actual, 2011 (com João Rodrigues). Coordenou os livros "A Economia Política do Retrocesso: Crise, causas e objetivos", Coimbra, Almedina/CES, 2014, e "Como Reorganizar um País Vulnerável?", Coimbra: Actual, 2020. Em 2019 participou em dois livros resultantes de projetos de investigação de que fez parte: "A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política (Ana Cordeiro Santos, org., Coimbra: Actual, 53-86), onde publicou o capítulo "O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país" e "A Ciência Económica em Portugal" (Vitor Neves e José Reis, org. Coimbra: Edições Almedina), sendo autor do capítulo "O GEBEI: Um pensamento económico estruturado na periferia da Europa" e coautor de "As ideias económicas em debate".

Ao longo dos estudos sobre o autor, parece-nos importante registrar o vínculo acadêmico entre José Reis e António Simões Lopes - “nascido em 1934, doutor em Economia pela Universidade de Oxford e, dentre outras importantes funções, também Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e primeiro bastonário da Ordem dos Economistas” (UC.PT, 1998). Professor de José Reis, António Simões Lopes é um importante nome para o tema do desenvolvimento regional e encontramos influência de sua teorização nas produções de José Reis, o qual vem trilhando importante carreira e destaque no campo dos estudos territoriais.

Estas informações iniciais apenas servem como informativo sobre o autor central deste ensaio e, de certa forma, sobre alguns elementos que influenciam na compreensão de sua produção acadêmica, com mais atenção ao texto central deste ensaio (REIS, 2005). José Reis, enquanto docente e cidadão atuante nas esferas de seu Estado, reflete, em suas análises, forte compromisso com o papel das instituições para o desenvolvimento dos territórios, sempre com muita atenção às pessoas que vivem esses espaços. Chama atenção para o fato de a economia, por si só, não ter condições de agir sozinha para análise e resolução de problemáticas, tampouco seria capaz de atingir a equidade necessária aos estudos territoriais que, no fundo, servem às pessoas, e não para objetivos instrumentais ou de mero crescimento econômico. Inclusive, quando convidado a responder ao seguinte questionamento “*a justiça condiciona a economia?*”, respondeu “sim, condiciona e deve condicionar! Condiciona, porque só justiça pode oferecer à economia aquilo que ela, por si, nunca criará nem alcançará. Pode oferecer-lhe uma ordem de valores.” (REIS, 2016, p.4).

E por que tal observação interessa a este ensaio? Porque o desenvolvimento territorial e suas escalas de análise devem ser pensadas enquanto parte de um projeto de Estado em democracia; enquanto projeto político destinado às pessoas e à superação de problemas e entraves os quais impeçam que os cidadãos desenvolvam suas vidas de modo equânime; e supere, também, as desigualdades regionais, mas sem desconsiderar suas diferenças, o que demonstra a importância do território para o nosso campo de estudo. A importância do território não deve ser interpretada enquanto dimensão previamente conhecida, delimitada aprioristicamente e detentora de única escala, mas sim a partir de territórios construídos em (seus) diferentes processos históricos e políticos, com suas múltiplas escalas (ETGES, 2021), de forma direta “Compreender a dimensão regional do desenvolvimento, portanto, requer o aprofundamento da reflexão teórico-metodológica sobre o significado do movimento entre o singular o particular e o universal e as repercussões decorrentes desse movimento na configuração do território”. (ETGES, 2021, p.314).

Em praticamente todos os textos analisados, encontramos preocupação expressa com o elemento mais fundamental ao desenvolvimento: as pessoas que ocupam e vivem as desigualdades estruturais dos territórios. Lembramos, nesse sentido, das considerações de Ladislau Dowbor (2019), para quem “(...) em economia, não devemos falar a economia vai bem ou mal. Na verdade, devemos falar as pessoas vão bem ou mal. Focar apenas na renda, é amplamente insuficiente para avaliar e produzir bem-estar para as famílias.”; e, também, de André Botelho (2022), quando refere “Pensar, em 2021, o futuro da inovação e da ciência é fortalecer os repertórios da ciência e da democracia – entendendo-se democracia não apenas como regime político, mas como princípio interno de organização da própria ciência.”, pois, como complementa mais à frente do seu ensaio, “Precisamos sair todos e, de preferência, juntos da

crise aguda em que vivemos. Sem um projeto para o Brasil será muito improvável conferir sentido à inovação científica como mudança social”. Ou seja, em que pese os diversos problemas que existem em nosso tempo, somando-se, ainda, as diferentes formas de compreendê-los e às diversas estratégias em disputa, não podemos considerar que os nomes já citados apostem no crescimento econômico como objetivo final do *fazer ciência* e, mais estritamente, dos estudos em Desenvolvimento Regional. E tal elemento também está presente em José Reis (2005; 2015; 2019; 2020) e já vinha sendo defendida expressamente no projeto teórico de António Simões Lopes (2001), cuja edição aqui usada, embora proveniente de quinta edição, publicada já no século XXI, apenas repete o texto original da obra, datado de outubro de 1979 do século passado. Nesse sentido, apresentamos o conceito de desenvolvimento para António Simões Lopes (2001, p.7-8), cuja essência dos argumentos também encontramos em José Reis (2005):

Considera-se que ao desenvolvimento, na grande maioria dos casos e particularmente em situações de subdesenvolvimento, interessa o crescimento; mas ter-se-á sempre presente que este apenas interessa como meio ou instrumento ao serviço daquele e não como objectivo em si.

Assim, em José Reis, também encontramos proposta de análise atenta às pessoas. As estruturas, os projetos e as organizações, cuja estruturação e funcionamento institucional recebem significativa atenção, devem promover acesso e oportunidades a partir de critérios de equidade, e não pelo simples *crescimento*. Ou seja, em José Reis o papel do Estado não é desconsiderado, embora inclua a presença de outros atores e fatores diversos, em diferentes escalas de análise (REIS, 2005).

3. Os elementos centrais da proposta de “*uma epistemologia do território*”

O texto de José Reis apresenta uma *epistemologia*¹ *do território*. José Reis, economista de formação, desenvolve abordagem em que o território é um elemento central de análise e de produção do conhecimento (REIS, p.56-57). Diferente de outras propostas, que não conferem atenção ao *espaço* ou aos *territórios*, enquanto variáveis fundamentais, José Reis (2005) parte da premissa de que o *território* não é simples adjetivo teórico para estudos descritivos, mas sim elemento a partir do qual devemos elaborar nossos conhecimentos, análises e estratégias de enfrentamento e de aperfeiçoamento social, em diferentes escalas de discussão e de análise.

Nesse sentido, José Reis (2005) inicia seu texto a partir das lições de António Simões Lopes (2001), retomando a lição de que o território foi um elemento desconsiderado pelas ciências econômicas e, em boa medida, pelas ciências sociais. Este quadro ganha novos contornos a partir da segunda metade do século XX, tempo histórico em que poderíamos reconhecer que a variável *território* (em António Simões Lopes (2001, p.2), encontramos referência a *variável espacial*) surge como preocupação das análises das ciências econômicas e sociais.

Ainda, na introdução do texto (REIS, 2005, p.51), José Reis nos remete a três justificativas que resultaram na consideração da variável territorial:

O desenvolvimento de perspectivas territorialistas na economia, da segunda metade do século XX para cá, resulta de um pressuposto – a importância da variável espaço no conhecimento –, de um objetivo – a busca de equidade socioeconômica – e de uma ambição interpretativa – a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas.

José Reis também usa tais elementos (pressuposto, objetivo e ambição interpretativa) para nos mostrar os motivos pelos quais foram formados diversos programas de pesquisa com ênfases territorialistas. A centralidade do território, portanto, representou o entendimento de que o território importaria tanto quanto o tempo para compreensão do desenvolvimento econômico, cuja lição também encontramos no texto de António Simões Lopes (2001, p.16 s/s). Enquanto *pressuposto*, o território indica a diversidade de realidades e elementos que se expressam em fatos sociais, os quais são fundamentais à economia, tanto quanto a variável *tempo*.

Dentre os programas de pesquisa, para além de território importar para compreensão e construção de estratégias econômicas, muitos estudiosos também passaram a considerar o *propósito de equidade* como fator indispensável de tais análises. Isto é, trata-se de perceber equidade enquanto elemento norteador e capaz de prover sentidos às análises econômicas e sociais que seriam produzidas, a partir de variadas dinâmicas socioespaciais (REIS, 2005).

Por fim, a incorporação do território alimenta o interesse de compreender *por quais motivos* os territórios apresentam diferentes estratégias, realidades e formatações; a incorporação do território abre espaços a diversidade, dividindo seu estudo em duas abordagens pautadas na compreensão das *mobilidades* ou na *genealogia* dos processos.

Nesse sentido, para compreender a *ambição interpretativa* dos estudiosos, José Reis separa o seguinte questionamento - a seguir retratado em citação direta - a partir do qual podemos compreender sua adesão à *genealogia dos territórios*, enquanto proposta adequada para estudos territorialistas, porque supera as limitações – as quais, em seu entendimento – presentes nas abordagens pautadas em mobilidades:

Uma coisa e outra obriga a interpelar o território: por que razão é que ele atrai ou repele; por que razão se gera ali, e não noutra sítio, dinâmicas ou déficits? A interrogação sobre a genealogia é mais forte e exige uma resposta mais profunda que a interrogação sobre a mobilidade. A razão consiste nisto: a esta última basta considerar o território como suporte de localizações, local de recepção, ao passo que a primeira atribui ao território – ele próprio – um papel ativo, uma ação interveniente nos processos que se pretendem analisar. Esta última preocupação situa-nos já num campo radicalmente novo. Exige uma epistemologia do território. (REIS, 2005, p.52).

Para José Reis (2005, p.54), *mobilidade* “é uma característica dos fatores produtivos e dos atores que não estão presos a condições territoriais concretas. As suas “localizações ótimas” não são influenciadas pelo espaço[,] mas por parâmetros de quantidade”. Por outro lado, *genealogia do território* (REIS, 2005, p.52) reflete preocupação mais profunda, densa e complexa sobre aquilo que

acontece no território, porque tal discussão o coloca como ator ativo do processo de conhecimento e de compreensão, conforme palavras de José Reis, insere nossas preocupações *num campo radicalmente novo*, exigindo, por consequência, verdadeira *epistemologia do território*.

Ao pensar no território, e no seu papel crucial para as interpretações das ciências sociais, José Reis (2005; 2015; 2019; 2020) chama atenção para trajeto que supera explicações pautadas em mobilidades. Não se trata de dizer que José Reis faz uso da expressão *genealogia* para construir uma teoria ou epistemologia que se comprometa com diagnósticos absolutos e universais, dispensado por completo qualquer importância de reflexões pautadas, de certa forma, em realidades interpretadas a partir de mobilidades. José Reis (2005, p.56-57) também não defende uma abordagem territorialista que busque equilibrar tensões entre mobilidades e territorializações. Ao contrário, pensar a genealogia do território significa colocá-lo como elemento central da análise, refletindo a partir de diversos fatores que compõem as materialidades e densidades espaciais.

(...) as propostas territorialistas justificam-se na medida em que se acrescente um utensílio cognitivo novo e relevante para a explicação e a compreensão dos processos coletivos contemporâneos. Não basta que se ache que o território é relevante como lugar matricial do “processo da vida” e da capacidade cognitiva, relacional e proativa dos atores sociais. É necessário que essa pertinência, uma vez demonstrada, interfira na própria produção de conhecimentos: tenha uma dimensão epistemológica. E, se assim for, a estrutura conceitual que se utiliza altera-se substancialmente. Neste sentido, o território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se inclui – e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia e das ciências sociais. Isto implica que se atribua à proximidade – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (natureza idêntica não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) a de outros determinantes sociais. Implica também que se concebam as dinâmicas socioeconômicas globais como algo que não está organicamente estabelecido como consequência da hierarquia e da previsibilidade antes referidas. Pelo contrário, os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada.⁴ O pressuposto funcionalista que antecede muitas das análises sobre a evolução dos fenômenos sociais deve recuar, em nome de uma pergunta verdadeiramente inicial sobre a sua genealogia. E, conseqüentemente, deve passar de uma visão organicista das estruturas sociais para uma noção que reconheça o seu polimorfismo. (REIS, 2005, p.57-58).

Em texto mais recente, José Reis (2015, p.3) refere:

Neste sentido, o território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se inclui – e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia das ciências sociais. Isto implica que se atribua à proximidade – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (a qual não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) ao de outros determinantes sociais. Implica também que se concebam as dinâmicas socioeconômicas globais como algo que não está organicamente estabelecido. As hierarquias não estão pré-definidas e não têm de ser previsíveis. Pelo contrário, os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma

natureza incerta, contingente e inesperada. O pressuposto funcionalista que antecede muitas das análises sobre a evolução dos fenômenos sociais deve recuar, em nome de uma pergunta verdadeiramente inicial sobre a sua genealogia. E, conseqüentemente, deve passar de uma visão organicista das estruturas sociais para uma noção que reconheça o seu polimorfismo. Colocar o território num contexto epistemológico como este é reificação do território? Parece-me que não, pois o que está aqui em causa não é o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas o território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas.

Portanto, ainda que existam certos fatores produtivos e atores que não estejam *fixos* ao território, porque funcionam a partir de uma lógica (ou racionalidade) de *ótimas localizações*, o fator determinante está em pensar o território para muito além disso, de forma complexa, enquanto fundamento do conhecimento, a partir da compreensão de complexa interação entre fatores de mobilidades, mas, também, do papel de atores, instituições e elementos que formem as territorializações do espaço. O território, enquanto ativo central, confere existência, formato e densidade cuja compreensão é fundamental para a abordagem territorialista que defende. Por isso, afirma “Não há interpelação sobre o território desligada de uma interpelação sobre a forma como funcionam, de um ponto de vista socioeconômico, os sistemas e as dinâmicas coletivas”. (REIS, 2005, p.52). Tal conclusão também está presente na análise de Tirelli (2020, p.249), quando refere:

Na maioria das vezes, o território aparece reduzido ao recorte espacial que delimita o local onde a política pública é implementada, ou seja, como o espaço sobre o qual deve incidir a política. De acordo com Reis (2015), analisar a genealogia dos processos que emergem nos territórios, sem desconsiderar os seus condicionantes externos e as particularidades decorrentes de cada formação territorial, permite compreender como se conformaram as instituições em um determinado local e de que forma elas atuam (e atuam) condicionando as ideias e as percepções dos atores, refletindo-se na forma como eles se apropriam das políticas públicas e as implementam.

Em que pese retomarmos o conceito mais à frente, apenas para fazer sentido desde o começo, para José Reis (2005), a *radicalidade de leituras territorialistas* que partam de uma epistemologia do território – da centralidade de tal fator como proposição de estudo e de discussão – está na leitura que considera a interação complexa

(...) [d]a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos coletivos, sobre o papel desempenhado pelos atores neles intervenientes (a sua ação volitiva e as possibilidades de ela se exercer efetivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos de diferentes escalas espaciais. (REIS, 2005, p.53).

Isto é, a epistemologia do território é uma interpretação radicalmente nova, comprometida com diferentes escalas de análise, com leituras que apostam nas mobilidades e nas territorializações em interações complexas, direcionando o olhar para atores e fatores encontrados de diferentes formas nos territórios, os

quais estão tensionados em relações de poder que não são simplesmente hierárquicas e sempre externamente condicionadas.

José Reis (2005) alicerça tal análise em *quatro* elementos (fundamentos), os quais precisam ser considerados para que tenhamos uma genealogia do território. Trata-se de (i) uma análise *sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia*; (ii) *de uma forma de compreender as ciências econômicas* (e sociais, como um todo) a partir dos *modos pelos quais alcança a coordenação dos seus processos coletivos*, em outras palavras, de compreensão dos modos pelos quais as diferentes *regiões* compreendem, assimilam e (re)constróem elementos políticos e institucionais necessários à coesão e ao funcionamento dos espaços territoriais; (iii) de uma abordagem que não dispensa o *papel dos atores neles intervenientes*, pensando sobre suas intencionalidades e nas formas pelas quais podem se fazer realidades territoriais; e (iv) de um estudo cuja construção teórico e metodológica não pode abrir mão das *relações de poder*, hierárquicas ou não, entre os diferentes atores.

Em textos mais recentes (2015; 2019), José Reis faz referência à sua proposta de *uma epistemologia do território* (REIS, 2005), articulando esses mesmos elementos que refletem, como veremos de forma mais detalhada, sua base institucionalista:

Um território é, portanto, composto por espaços materiais humanamente construídos – os lugares e as relações de proximidade com que se estabelecem modos de organização coletiva dotados de características sociais próprias –, assim como por sistemas físicos naturais, por infraestruturas de conectividade e, evidentemente, pela representação institucional de cada uma das suas componentes relevantes, além da representação política do conjunto. (REIS, 2019, p.4)

Contudo, devemos ter atenção. A proposta de José Reis não busca apenas equilibrar as tensões que surgem a partir de abordagens pautadas em mobilidades ou em territorializações, porque objetiva defender a autonomia de um campo de conhecimento, de uma teoria do conhecimento, capaz de refundar nossos processos interpretativos, cuja centralidade está no território (REIS, 2005). Além disso, José Reis não se posiciona favoravelmente à construção de estudos cuja base esteja em análises isoladas de escalas, enquanto simples descrições de fenômenos socioespaciais:

É por este conjunto de razões que me parece também importante que não se associe a análise territorial apenas à captação de uma determinada escala de um problema. A opção por uma visão territorial não é uma opção por uma escala de análise mais próxima da realidade, uma espécie de minúcia descritiva. Neste sentido, julgo que têm pouca pertinência os argumentos que procuram resolver as questões levantadas pelas visões territorialistas através da articulação de escalas de análise e da atenção a processos e atores que agem em escalas espaciais diferenciadas. A compreensão do território exige, desde o início, essa compreensão. O estudo do que constitui o território tem objetos de aplicação em escalas muito diversas, desde o nível local infranacional, ao regional supranacional. Mas não é isso que o diferencia e lhe dá um lugar próprio na produção de conhecimentos. (REIS, 2005, p.62-63).

Retomar essas observações é fundamental para compreendermos os demais conceitos de José Reis. Neste tópico, buscamos compreender o objeto central

de uma epistemologia do território – o *território* enquanto elemento central, enquanto aposta na genealogia, e não em reflexões pautadas apenas em uma das abordagens de estudo, seja mobilidade, seja territorialização, tampouco aposta em estudos que considerem apenas uma escala, desconectando-se de outras interferências ou influências, cuja importância também está atrelada ao impacto e ao papel de fatores institucionais locais, mas também em outras escalas geográficas. No próximo tópico, objetivamos compreender o institucionalismo econômico, como base da proposta de José Reis, cujas premissas conferem sentido para os conceitos que serão abordados na etapa posterior.

4. Institucionalismo econômico

José Reis parte de perspectiva *econômica política institucionalista*. Na terceira nota de rodapé, do texto usado como base deste estudo (REIS, 2005, p.54), ele indica os quatro elementos que fundamentam sua *vertente* (interpretação) institucionalista: i. o território compreendido a partir de epistemologia própria, e não como adjetivo descritivo ou simples reflexo de realidades não fixadas e não relacionadas materialmente com o espaço em que acontecem; ii. necessidade de compreendermos os limites da racionalidade e da organização; iii. a incerteza e a contingência que decorrem do terceiro pilar; e a iv. diversidade dos processos socioeconômicos e das instituições, enquanto expressão da complexidade, da espessura e *densidade* dos territórios.

Antes de sintetizarmos a compreensão de cada um dos quatro elementos, apresentamos a compreensão de *institucionalismo* para José Reis, cuja análise foi feita a partir do texto “*O institucionalismo econômico: crônica sobre os saberes da economia*”, publicado em dezembro de 1998, na edição número 11, da Revista Notas Económicas.

Em apertada síntese, José Reis (1998) discute as contribuições das diferentes vertentes do institucionalismo econômico - cuja especificação escapa à proposta deste ensaio – concluindo, ao final, que os elementos de uma agenda de pesquisa, que se pretenda inserida no institucionalismo econômico, não deve se reduzir a um mundo muito pequeno, tampouco ao individualismo metodológico, mas atentar a três polos: economia enquanto disciplina da complexidade; economia enquanto disciplina das instituições e da evolução; economia enquanto disciplina da regulação e da organização; em síntese, uma perspectiva econômica que não se reduza a um mundo muito pequeno ou ao individualismo metodológico. Em suas palavras (REIS, 1998, p.147):

(..) há na agenda econômica contemporânea três pólos de debate que convocam quer o legado institucionalista quer a crítica à economia ortodoxa. São os seguintes: a) Os problemas da contingência e da incerteza; b) A interpretação dos comportamentos dinâmicos; c) A reconstrução das contextualidades e da genealogia dos processos. O primeiro debate assenta nos problemas da racionalidade, da decisão e da previsão e parte da crítica ao positivismo lógico e ao individualismo. Assume a economia como disciplina da dificuldade e da complexidade. O segundo, assenta nas questões da causalidade cumulativa, da coordenação, da eficiência adaptativa e da cultura e dos comportamentos tecnológicos. Assume a economia como a disciplina das instituições, da evolução e do experimentalismo. O terceiro debate é sobre o conhecimento, a informação e a formação dos processos de regulação vista através dos actores que neles intervêm. Assume a economia como a disciplina do conhecimento, da regulação e da organização.

Inclusive, a partir da leitura deste texto (REIS, 1998), percebemos a influência do institucionalismo econômico ao longo dos demais textos analisados para a produção deste ensaio. José Reis, de forma expressa, já em 1998, anuncia que estes elementos serão a base para suas análises futuras, enquanto sinal de seu projeto teórico-metodológico:

É baseado nestes três pilares que tenciono prosseguir os meus trabalhos. Sem me esquecer que eles servem também para reequilibrar a capacidade de debate com a parte da teoria econômica que valoriza essencialmente processos exógenos às instituições, às estruturas sociais, às contextualidades. (REIS, 1998, p.147).

Conforme já mencionado, a abordagem *institucionalista* de José Reis pode ser compreendida a partir dos quatro elementos, por ele indicados no texto (2005, p.54-55) e a seguir detalhados, também com apoio no texto publicado anteriormente (REIS, 1998).

Em primeiro lugar, trata-se de perceber o território *a partir de uma epistemologia própria*. O território não é um ambiente pautado apenas por influências externas, tampouco algo fluído e em constante modificação. Mais do que isso, o território é influenciado por diversos fatores e atores, fixados ou não, no *espaço territorial*, cujas narrativas, comandos e compreensões não estão somente pautadas por elementos externos. Não podemos desconsiderar a peculiaridade do destaque dado por José Reis ao território, enquanto (f)ator fundamental de análise em uma abordagem territorialista.

Isto é, José Reis não aposta incondicionalmente nos elementos do território, como se esses, por si sós, pudessem ser fontes suficientes de análise, de reflexão e de compreensão. Não percebe territórios em perspectiva exclusivamente endógena, como se desenvolvimento pudesse ser pensado e projetado apenas em perspectiva local, sem considerar influências e relações de poder advindas de outras esferas, para além da importância de outros instrumentos de coesão política e social.

Nesse sentido, poderíamos dizer que a epistemologia de José Reis (2005; 2015) se afastaria da proposta de Sergio Boisier (2000, p.180-181),² para quem "(...) el desarrollo se mostrará siempre como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar y contínuo o discontinuo sobre el território." Não temos espaço para aprofundar a discussão, contudo, importante sinalizar, pelo menos da leitura de duas produções de Boisier (1996; 2000), que seu projeto político, para desenvolvimento, aposta com significativo destaque na leitura endógena, no desenvolvimento como resultado exclusivo dos elementos do território, sem interação suficiente da influência de fatores externos e de outras escalas. Parece-nos, neste momento, que, tal análise vai de encontro com José Reis (2005; 2015; 2019), para quem as capacidades territoriais são importantes, mas são parte de um processo político mais amplo, complexo e de múltiplas escalas com diferentes articulações.

A proposta de José Reis (2016) objetiva compreender desenvolvimento como elemento a favor do bem-estar das pessoas, inserido em complexos processos sociais, nos quais a economia é mais um de tantos outros fatores que devem ser compreendidos em cenários diversos, incertos e em diferentes escalas. Desenvolvimento não é resultado de elementos exclusivamente relacionados

com o território, pois depende, também, de planejamento político e de estratégias pensadas a partir de articulações em diferentes escalas, cuja abertura confere adequada atenção aos problemas e necessidades regionais. Não podemos esquecer o quanto José Reis repercute saberes advindos de sua formação a partir de António Simões Lopes (2001), para quem desenvolvimento já era compreendido a partir de proposta complexa, densa e, de certa forma, articulada politicamente, cuja interpretação como mero crescimento econômico mostrava-se insuficiente ao nosso tempo:

A concepção de Desenvolvimento Regional que se adotará – deseja-se que fique perfeitamente claro – assenta em conceitos de desenvolvimento e não de crescimento, apenas, como tantas vezes simplisticamente acontece. Considera-se que ao desenvolvimento, na grande maioria dos casos e particularmente em situações de sub-desenvolvimento, interessa o crescimento; mas ter-se-á sempre presente que este apenas interessa como meio ou instrumento ao serviço daquele e não como objetivo em si (LOPES, 2001, p.7-8). (...) [é] tempo de assentar em que a evolução das sociedades não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada, dos bens e dos serviços que produz, embora necessariamente para caracterizar essa evolução interesse o grau de disponibilidade, para todos, dos bens e serviços básicos; (...). (LOPES, 2001, p.8).

A seguir, trecho de recente coluna publicada por José Reis (2020), na qual conseguimos perceber a importância de compreendermos o território a partir de sua própria epistemologia e em múltiplas escalas:

A ideia de que o território é uma variável essencial de uma boa organização coletiva sempre teve os defensores obstinados (conto-me entre eles). E estes sabem, ao contrário dos que têm respostas apressadas, que *uma visão territorial é, por natureza, multiescalar: é local, é regional, é urbana e é rural, é nacional e até pode ser transfronteiriça e, portanto, internacional*. Não cai em simplismos como a redução da coesão territorial a uma vaga noção de relação paternalista com o “interior”, como tem acontecido entre nós. Ou a ideia de que a territórios frágeis se “dá” umas coisas de caráter geral, pois não vale a pena insistir neles, visto que têm pouco para devolver. *O território é uma condição de coerência do modelo de desenvolvimento com a sociedade que o sustenta. Estamos agora no tempo de todos compreendermos que o desafio é recolocar a economia em relação com a comunidade que deve servir. E com a finalidade da vida. Desglobalizar, quebrar dependências, centrar a economia no país, naquilo que nos salva, como a saúde, a ciência, os abastecimentos, com as infraestruturas que os possibilitam e as redes que os garantem.* “Retornar à produção nacional e à nossa reindustrialização”, como dizia no PÚBLICO de 18 de abril um empresário clarividente e justo. Ora, não há recentramento no país se não houver vitalidade territorial e articulação regional. [grifos nossos]

Trata-se, em nosso entendimento, de interpretação que dialoga com a proposta de Pedro Silveira Bandeira (2006, p.34), quando discute, no texto *Institucionalização de Regiões do Brasil*, a importância de pensarmos desenvolvimento a partir de arranjos políticos e institucionais que privilegiem esferas deliberativas, de discussão e de articulação de respostas que levem em consideração as diferenças das regiões brasileiras. Para isso, defende ser fundamental levarmos em consideração algumas orientações práticas, no sentido de identificar redes de articulação regional já existentes; aproveitar elementos simbólicos que sejam capazes de contribuir para o fortalecimento da identidade das regiões; e pensar numa abrangência territorial que assegure o fortalecimento e densidade mínima das instituições, pois, “[o] ideal é que se

possa chegar à institucionalização de múltiplas escalas territoriais. No entanto, esse não pode ser um processo imposto “de cima para baixo”. Deve resultar de uma construção que envolva os atores de cada região”. (BANDEIRA, 2006, p.36).

Assim, a partir da epistemologia do território (REIS, 2005), percebemos a importância de incorporarmos território, mas desde que também façamos adequada diferenciação entre *mobilidades e territorializações*. A primeira, como já exposto, representa fatores que não se fixam no espaço e sempre buscam melhores localizações; o segundo, por outro lado, “(...) não são formas de fechamento autárquico de processos endógenos; são valorizações em diversos contextos espaciais de recursos, capacidades e ações ligados ao território”. (REIS, 2005, p.54). Portanto, trata-se de pensarmos em análises e compreensões relacionais, pautadas em *genealogia* dos territórios, não como mera reprodução de relações que o transcendem, tampouco como relações fluídas, flexíveis e desprovidas de densidade. A abordagem não é mera *mobilidade*, enquanto movimentos e fluxos (des)contínuos, tampouco resultado daquilo que é transcendentalmente (im)posto pelo externo.

Em segundo lugar, a proposta de José Reis parte do reconhecimento dos limites da racionalidade e da organização. Em síntese, José Reis parte da ideia de que não é possível pensarmos em análises ou abordagens que “deem” conta de tudo; não concorda com a ideia de que existem *superatores sociais, clarividentes e plenamente informados*, capazes de agir com plena intencionalidade e absoluto acesso à informação. Tal percepção, presente no texto de análise central (REIS, 2005) e em outros posteriores (2015; 2019; 2020), decorre de pilar do institucionalismo econômico que já acompanha José Reis (1998) em seu trajeto de vida e(m) pesquisa.

Como apontado, uma das agendas de pesquisa, consideradas no passado (REIS, 1998), já indicava sua aposta na economia enquanto ciência da complexidade e da incerteza dos processos e dos arranjos sociais. Aliás, nesse mesmo texto, José Reis (1998) mostra como a incerteza assume diferentes contextos interpretativos entre as várias abordagens institucionalistas, para, ao final, sintetizar

As noções de instituições, de comportamento organizacional, de interações cooperativas, de eficiência adaptativa, de incerteza e de limitações informacionais e decisórias são, só por si, pressupostos ou constatações suficientemente fortes para comporem uma visão institucionalista da economia e para trazerem para o seu núcleo central problemas adjacentes a estes, como são os de normas, habitus, culturas, contextualidades, em suma, processos de estruturação das interações. Ora, na minha perspectiva, é aqui que radica a mensagem institucionalista comum. Uma mensagem que possibilita, aliás, que temas precisos como os de incerteza, custos de transação ou decisão não sejam passíveis de serem tratados como questões insularizadas, alheias ao conjunto dos problemas da racionalidade, da organização, da regulação econômica. (REIS, 1998, p.17).

Em terceiro lugar, a proposta de José Reis (1998) nos remete a incertezas e a contingências, as quais decorrem do pilar anterior – *limites da racionalidade e da organização*. Para José Reis (2005, p.55), “[é] à medida que se valorize este pilar que se recuperam as dimensões morais e humanas da vida. E é este o pressuposto que nos permite entender que, nos processos de desenvolvimento e de inovação, as trajetórias inesperadas são coisas certas”. (REIS, 2005, p.55).

Em outras palavras, José Reis (1998) rompe com leituras deterministas e que apostam apenas em individualismos metodológicos, como se fosse possível produzir teorias, análises e estratégias que valham por si mesmas e que sejam atemporais ou totalmente previsíveis, em que pese “(...) os institucionalistas procura[rem] construir modelos-padrão, com os quais explicam o comportamento humano através de uma cuidadosa inserção no seu contexto institucional e cultural.” (REIS, 1998, p.135).

Portanto, José Reis coloca-se enquanto institucionalista econômico que “assenta[-se] nos problemas da racionalidade, da decisão e da previsão e parte da crítica ao positivismo lógico e ao individualismo. Assume a economia como disciplina da dificuldade e da complexidade.”. (REIS, 1998, p.146). Esta parece-nos a ideia ainda presente no cerne de sua aposta teórica, pois retoma tal análise, enquanto referência bibliográfica da nota de rodapé número 3, contida na página cinquenta e quatro, do texto principal (REIS, 2005).

Em quarto lugar, a proposta de José Reis nos remete à diversidade dos processos socioeconômicos enquanto expressão da complexidade, trata-se da *espessura* dos territórios. José Reis (1998) parte de uma ideia complexa do institucionalismo, que se aplica, por decorrência, à sua percepção de território, o que fará sentido a seguir, quando analisarmos os demais elementos do texto. Contudo, desde já, podemos sintetizar a ideia, no sentido de que a realidade não é aquela que provém de um sujeito universal, em realidade abstrata e descolada de elementos materiais (REIS, 1998), ou *densidades*, para fazer uso de outra expressão (conceito) usada pelo autor (REIS, 2019). As pessoas e atores do desenvolvimento estão inseridos em contextos, em territórios, em sociedades que

(...) têm espaço e este não é polvilhado por pontos. O que nelas encontramos são meios de vida, urbanidades e ruralidades, centros e periferias, hibridizações, sistemas produtivos, competências técnicas, recursos e capacidades, tudo isto inscrito em materialidades precisas e heterogêneas. Estas são as suas densidades e é nelas que se encontram suas melhores qualidades. (REIS, 2019, p.4).

Para José Reis (2005, p.62), “(...) *densidades* exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens e competências (externalidades cognitivas), em “ordens constitucionais” que coordenam a ação de atores sociais, em multiplicação ou definhamento de contextos institucionais e de governação”. Assim, *densidades* podem ser compreendidas como aquilo que resulta das interações entre os diversos e diferentes elementos formadores nosso *campo* ou *objeto de estudo*. Importa, portanto, compreender que tal análise concede especial atenção às *externalidades cognitivas* - dados, informações, acontecimentos, signos, estratégias, elementos, relações - que são complexificados e usados na coordenação das ações dos atores sociais, os quais transitam em diferentes espaços (e escalas). Por exemplo, ao indicar as *ordens constitucionais* como exemplos de densidades, pois elas são parte das *estruturas que coordenam a ação de atores sociais*, José Reis (2005, p.62) chama nossa atenção ao importante papel do Estado. Aliás, destaca a importância de um Estado compreendido a partir de suas associações, de suas redes, de suas relações de poder, de suas complexidades. Dessa forma, José Reis nos remete à complexidade dos processos socioeconômicos, porque tais fenômenos e realidades não podem ser apreendidos de forma universal e

atemporal, tampouco suas circunstâncias e seus tensionamentos podem passar despercebidos de análises que estejam comprometidas com *uma epistemologia do território*.

5. Elementos argumentativos da proposta de José Reis

No início do texto, José Reis (2005, p.51) reconhece que as análises produzidas pelas ciências econômicas e sociais não concederam ao território devida atenção (REIS, 2005, p.51):

O desenvolvimento de perspectivas territorialistas na economia, da segunda metade do século XX para cá, resulta de um pressuposto – a importância da variável espaço no conhecimento –, de um objetivo – a busca de equidade socioeconômica – e de uma ambição interpretativa – a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas.

E, superada as justificativas e as estruturas necessárias à sua tese, ou seja, de que precisamos de uma *epistemologia do território*, José Reis nos apresenta uma concepção territorial que deve ser compreendida a partir de uma *genealogia do território* (REIS, 2005, p.52): construir abordagens que levem em consideração processos, conflitos, contradições e relações de poder que perpassam os espaços territoriais. Pensar os tensionamentos, não como resultado de relações de poder hierárquicas, mas enquanto ocorrências complexas, muito próximo à concepção de poder de Michel Foucault (2012),³ embora não o cite expressamente em seu texto.

José Reis apresenta uma concepção de território cujo argumento é radicalmente diferente do que até então se sobressai (REIS, 2005, p.53). Na medida em que análises territoriais não são aquelas que simplesmente descrevem espaços, somam considerações territoriais em suas propostas, mas sim aquelas que produzem saberes tendo este elemento como abordagem central, teórica e metodológica: uma análise cuja premissa considera que abordagens territorialistas não podem ser compreendidas de forma dissociada do funcionamento, das redes e das complexidades dos espaços territoriais, em suas diferentes escalas (REIS, 2005, p.53).

A posição que defendo atribui aos territórios – que não são, evidentemente, paisagens: são atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais. Em termos gerais, a radicalidade da questão que quero apontar está no seguinte problema: os indivíduos, como sujeitos de racionalidade e ação, e os espaços em que eles se situam, como lugares relevantes de vida coletiva, são funcionalmente determinados pelas necessidades e pelas práticas de “entidades” que os transcendem e se situam num plano diferente daquele em que se exerce a ação individual (por exemplo, as determinantes do capitalismo, do mercado ou da globalização, como se tornou agora mais comum dizer)? Ou, pelo contrário, há outros mecanismos de coordenação que dotam os atores sociais de vocabulários, lógicas, poderes e utensílios práticos com os quais prosseguem objetivos e concretizam propósitos? O lugar do território encontra-se numa resposta que inclua a segunda opção. A epistemologia do território consiste na discussão dos fundamentos de cada um destes lados do problema e na construção de uma interpretação capaz de acolher um conceito de território que responda – de uma maneira ou de outra – às perguntas sobre o seu papel e lugar nas dinâmicas sociais. (REIS, 2005, p.53).

Portanto, José Reis (2005) tem como problemática a compreensão do território a partir de sua genealogia, cuja base está na compreensão densa entre interações de fatores de mobilidade e de territorializações, os quais formam, conformam e são conformados pelo território e suas diversas escalas, enquanto elemento ativo e central de sua proposta. Portanto, territórios não são apenas paisagens, mas “(...) atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais”. (REIS, 2005, p.53). Ele nos ensina a pensar a concepção do território, não como uma categoria isolada, mas como elemento capaz de justificar uma teoria do conhecimento, uma forma de ver, compreender, refletir e avaliar o mundo.

Por fim, quais são os elementos que formam a concepção territorial defendida por José Reis (2005)? Partindo do texto central (REIS, 2005), percebemos que a aposta do autor busca compreender com interação (e não soma) as variáveis territoriais, a partir de seus processos, dinâmicas, relações e interações. Assim, se o território precisa ser compreendido a partir de sua genealogia porque esta “(...) é mais forte e exige uma resposta mais profunda que a interrogação sobre a mobilidade” (REIS, 2005, p.52), também precisamos compreender tal proposta a partir de três dimensões que a justificam, quais sejam: *proximidade, densidade e poliformismo estrutural*.

Por *proximidade*, devemos conceber “(...) o contexto e as relações que ele propicia: são pessoas em co-presença; são ordens relacionais; são consolidações de culturas práticas e de instituições; e o conhecimento e é identidade partilhada de forma coletiva” (REIS, 2005, p.61). Tais elementos são as *circunstâncias* através das quais os espaços territoriais ganham suas densidades.

As *densidades*, enquanto circunstâncias que *materializam* os contextos e as relações de proximidade, “(...) se exprimem em interações continuadas, em aprendizagens e competências”. (REIS, 2005). Ou seja, José Reis, enquanto institucionalista econômico, entende que as relações e suas densidades produzem *externalidades cognitivas*, certa multiplicidade de conhecimentos, de sinais, de informações, de ações, de rituais, de formas de ser e agir no mundo e de estruturas capazes de organizar e coordenar a postura dos atores sociais de diferentes formas, seja no sentido colaborativo e de multiplicação de contextos e elementos institucionais em favor, por exemplo, de valores pautados em democracia e equidade, seja em sentido inverso, promovendo circunstâncias que *definham* tais canais institucionais e de governança. (REIS, 2005, p.62).

Quanto ao *poliformismo estrutural*, trata-se do elemento a partir do qual o território não deve ser entendido a partir de chaves interpretativas que apostem em leituras que considerem apenas parte da tensão entre mobilidades e territorializações, “(...) o poliformismo estrutural assinala o fato de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentre de ordens mais vastas. (...) o mundo não é representável por uma organicidade sistêmica em que tudo-é-explicado-por-tudo (...). Resgatando o terceiro pilar de seu institucionalismo, José Reis entende “(...) que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo”. (REIS, 2005. p. 63). Por isso, a epistemologia do território não chancela análises que representem apenas descrições do mundo ou de diferentes escalas, desconsiderando as relações de poder que dão sentido ao poliformismo estrutural, contudo, também não aposta em leituras cuja lógica seja estritamente

em perspectivas *centro-periferia* ou *globalistas*: “O mundo é melhor representado pela idéia de poliformismo, isto é, por uma visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e de autonomia cujo desenvolvimento afirma a sua relevância própria e exerce efeitos de *feed-back* sobre outros espaços.” (REIS, 2005, p.62).

A partir destes três elementos, que devem ser entendidos como *categorias* que organizam a perspectiva epistemológica do território, devemos compreender que o território pode e tem diferentes objetos de análise, cuja ocorrência e aplicação podem ocorrer em diferentes escalas de análise, nas palavras de José Reis (2005, p.62-63) “O estudo do que constitui território tem objetos de aplicação em escalas muito diversas, desde o nível local infranacional, ao regional supranacional. Mas não é isso que o diferencia e lhe dá um lugar na produção de conhecimento”. Ou seja, sim, é fundamental compreendermos a dinâmica territorialista desta epistemologia e o fato de que sua articulação pode justificar a análise de diferentes objetos em diferentes escalas e combinações, mas, conforme exposição de José Reis (2005, p.63) o diferencial de sua proposta não está nisso, mas sim na compreensão de que “(...) o território [é] detentor de um papel e de um significado próprios, não apenas complementares e muito menos derivados de determinações com as quais estabeleça uma relação hierárquica dependente ou sucessiva”. Por isso, para além das três primeiras dimensões, precisamos entender mais duas, que, sucessivamente, são resultados da intersecção das primeiras.

A intersecção das três primeiras dimensões enseja mais duas dimensões: a *rede matricial interna dos territórios*, resultado da união da proximidade e da densidade; e as *relações de poder*, dimensão aprofundada explorada na terceira parte do texto (REIS, 2005), que representa, basicamente, o aprofundamento das relações e dos elementos que formam o poliformismo estrutural de sua concepção territorialista, pensando-os a partir de uma *morfologia do poder*, e não de proposta abstrata de tal elemento.⁴

Por *rede matricial interna aos território*, devemos compreender “(...) a identidade, a co-presença e a capacidade dinâmica, assim como representam o conflito, a ausência e as tendências regressivas”. (REIS, 2005, p.63). Lembremos, a proposta institucionalista de José Reis apoia-se em pilares de racionalidade, mas desprovida de saber absoluto e universal, reconhecendo espaços para incerteza e trajetórias não esperadas, pois não é possível, a partir da produção de saber, produzir um plano universal e sabedor de todas as realidades e contingências.

Por conseguinte, a terceira dimensão *de poliformismo estrutural*, será a categoria por meio da qual o autor terá condições de se aproximar de relações de poder e de intencionalidades que sejam representação de imposições verticais e hierárquicas, porque “(...) para falar de poder interessa falar da *morfologia do poder*. A noção de que o poder é uma relação linear, assimétrica, unilateral e exteriormente estabelecida parece-me pobre.” (REIS, 2005, 68), para ele, tal noção acaba por impedir que levemos em considerações tensões do mundo real, em diferentes espaços e escalas, os quais, ao serem desconsiderados, dariam ensejo a análises “(...) muito limitada[s] e relegando para os discursos e para a esfera da “reprodução” o resto da realidade”. Ou seja, a partir dos seus pilares institucionalistas, José Reis aposta no papel da intencionalidade e no quanto atores sociais também formam, são formados e conformam espaços e rotas institucionais e organizacionais.

Para tal, é importante admitir que as relações em que os atores participam não são todas iguais e não se situam nas mesmas escalas. Tão poucos são estáticas. São dinâmicas, com sentidos verticais ascendentes, descendentes ou laterais. Por isso, podem mudar de pata- mar e de lógica relacional. Um poder inferior de um ator perante um dado contexto que o submete pode ser convertido num poder equilibrado noutros contextos relacionais. Um território (não sendo um dado, não sendo estático nem sendo garantidamente homogêneo) é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas é, antes de tudo o mais, um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença. As quais, não sendo lineares nem heteronimamente estabelecidas, têm que ser definidas e mapeadas para cada território e cada processo relevantes. (REIS, 2005, p.69).

Dessa forma, entendemos que José Reis, em sua proposta epistemológica, supera a noção *puntiforme* presente na leitura de António Simões Lopes (2001). Ou seja, as principais características do território são (REIS, 2019): a existência de proximidades em diferentes escalas; a lógica de articulação interterritorial e afastamento de perspectiva *puntiforme*, enquanto análise que leva em consideração, apenas, “[...] localizações de pessoas, lugares ou recursos”. Parece-nos, portanto, que a noção de polimorfismo, enquanto visão de mundo que o veja “(...) inscrito em interações, aprendizagens, instituições, culturas práticas, poderes que configuram territórios nos quais se mapeiam relações, distribuem poderes e constroem incessantemente possibilidades e contextos” acaba por nutrir a radicalidade da proposta de José Reis (2005), reconhecendo a transformação dos territórios e o devido espaço *epistêmico* que merecem na produção de conhecimento.

6. Conclusões

A proposta de José Reis objetiva compreender desenvolvimento como elemento a favor do bem-estar das pessoas, inserido em complexos processos sociais, nos quais a economia é mais um de tantos outros fatores que devem ser compreendidos em cenários diversos, incertos e em diferentes escalas. Desenvolvimento não é resultado de elementos exclusivamente relacionados com o território, pois depende, também, de planejamento político e de estratégias pensadas a partir de articulações em diferentes escalas, cuja abertura confere adequada atenção aos problemas e necessidades regionais.

Não podemos esquecer o quanto José Reis repercute saberes advindos de sua formação a partir de António Simões Lopes (2001), para quem desenvolvimento já era compreendido a partir de proposta complexa, densa e articulada politicamente, cuja interpretação como mero crescimento econômico já mostrava-se insuficiente ao nosso tempo.

Além disso, a proposta de José Reis mostra-se próxima de outras leituras exploradas ao longo do ensaio, como sinalizamos ao longo do texto. Contudo, não nos parece ser possível interpretá-lo a partir de uma chave que conceda maior importância a elementos externos ao território (enquanto *globalismos*, conforme expressa menção do autor), tampouco a partir de análises que direcionem olhar isolado para certas escalas de análise, ou de maneira meramente descritiva, desprovidas do enfrentamento de complexas relações de poder e interações. Contudo, apesar de tais apontamentos, não significa dizer que o resultado da epistemologia do território seja uma tentativa de simplesmente equilibrar as diferentes análises sobre o campo; tampouco de equilibrar interesses econômicos e equidade. Parece-nos que José Reis deixa

isso muito claro, ao colocar sua proposta como radicalmente diferente das outras que foram desenvolvidas até o momento.

Claro, esta é a conclusão que temos a partir de uma pequena amostra de textos, sendo necessário, não só aprofundarmos outras leituras, inclusive produções mais densas do referido autor, como, também, avaliar estudos que tenham apostado no desenho teórico-metodológico apresentado. Além disso, não desconsideramos que estamos no primeiro ano do doutoramento, conhecendo novos temas, novas análises e diferentes caminhos para desenhar um novo trajeto reflexivo, motivos pelos quais nossas conclusões são produzidas sem avaliar mais profundamente outros referenciais indispensáveis, os quais, esperamos, sejam alcançados ao longo dos próximos anos de aprofundamento e de pesquisa.

7. Referências

BANDEIRA, Pedro Silveira. “Institucionalização de regiões no Brasil”. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v.58, n.1, p.34-37, Mar. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100015. Acesso em 8 dez. 2022.

BOISIER, Sergio. “Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o Projeto Político”. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA. n.13, p.111-147. Jun. 1996. Disponível em: <https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135/137>. Acesso em 8 dez. 2022.

BOISIER, Sergio. Desarrollo: ¿de qué estamos hablando?. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S. *Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 228p. 151-185.

BOTELHO, André. “Inovação científica com mudança social: articulando desenvolvimento e democracia”. **Centro de Estudos Estratégicos da Fio Cruz (CEE)**. Rio de Janeiro. Fiocruz. Jan. 2022. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Inovacao-cientifica-com-mudanca-social-articulando-desenvolvimento-e-democracia>. Acesso em 9 dez. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS UNIVERSIDADE DE COIMBRA. INVESTIGADORAS/ES. Pessoas. José Reis. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/jose-reis>. Acesso em 2 nov. 2022.

DOWBOR, Ladislau. Ladislau Dowbor e Zysman Neiman – Um Brasil sustentável: redução da desigualdade. Unifesp, Rasp, Um Brasil. 24 de junho, 2019. 47min. Disponível em: <https://dowbor.org/2019/06/ladislau-dowbor-e-zysman-neiman-um-brasil-sustentavel-reducao-da-desigualdade-unifesp-rasp-um-brasil-2018-47-min.html>. Acesso em 9 dez. 2022.

ETGES, Virginia Elisabeta. “Desenvolvimento Regional – A região importa?”. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.18. n.1. p.313-319. Jan-abr/2022. Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/6450>. Acesso em 9 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012. p.35-54.

GRECO, John; SOSA, Ernest. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Loyola, 2012.

INSTITUO DE ESTUDIOS URBANOS Y TERRITORIALES. Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos (IEUT UC). IEUT UC comunica el sensible fallecimiento de Sergio Boisier, economista y destacado pensador latinoamericano, gran influencia para la investigación y gestión territorial. Outubro, 2022. Disponível em: <https://estudiosurbanos.uc.cl/ieut-uc-comunica-el-sensible-fallecimiento-de-sergio-boisier-economista-y-destacado-pensador-latinoamericano-gran-influencia-para-la-investigacion-y-gestion-territorial/>. Acesso em 7 dez. 2022.

LOPES, António Simões. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Problemas**. 5.ed. Lisboa: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2001.

Reis, José (2015), Território e Políticas do Território: A interpretação e a ação. **Finisterra**, 2015, pp.107-122. doi: 10.18055/finis7868. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/jose-reis/publicacoes/artigos-em-revistas-cientificas>. Acesso em 8 dez. 2022.

REIS, José. “E o território? Como vamos reorganizar internamente o país?”. In: **CANAL CES**. Maio 2020. Disponível em: <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=opinio&id=29344>. Acesso em 3 nov. 2022.

REIS, José. “O institucionalismo económico: crónica sobre os saberes da economia”. **Notas Econômicas**. Dez. 1998. p.130-149. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/jose-reis/publicacoes/artigos-em-revistas-cientificas>. Acesso em 8 dez. 2022.

REIS, José. “Território e Desenvolvimento”. **Dirigir & Formar**. n.25, 2019. p.4-8. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/jr/pages/pt/artigos.php>. Acesso em 8 dez. 2022.

REIS, José. “Uma epistemologia do território”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Universidade do Rio de Janeiro, vol. 13, núm. 1, abril-set., 2005. P. 51-74. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/258>. Acesso em 27. set. 2022.

TIRELLI, Claudia. Conectando políticas públicas e território: a contribuição da perspectiva relacional. In: LIMA, Luciana Leite; SCHABBACH, Letícia (Orgs.). *Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. p.242-265. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lz051pEVEJHTjpQmi3BayPXdqJWilTeJ/view>. Acesso em 8 dez. 2022.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (UC.PT). DHC Doutoramentos Honoris Causa. **António Simões Lopes**. 13 dez. 1998. Disponível em: <https://www.uc.pt/sobrenos/DHC/ASLopes>. Acesso em 8 dez. 2022.

¹ “A epistemologia, ou teoria do conhecimento, é conduzida por duas questões principais: “O que é conhecimento?” e “O que podemos conhecer?”. Se pensamos que podemos conhecer algo, como quase todo mundo, então surge uma terceira questão essencial: “Como conhecemos o que conhecemos?”. A maioria do que já foi escrito na epistemologia através dos tempos aborda

ao menos uma dessas três questões. Por exemplo, no Teeto, Platão considera a tese de que o conhecimento é a crença verdadeira que pode ser justificada com um relato ou uma explicação. Racionalistas como Descartes e empiristas como Hume defenderam teses opostas sobre como conhecemos, e também discordaram sobre o que podemos conhecer. Essas três questões determinam a organização básica deste livro”. (GRECO, John; SOSA, Ernest, 2012, p.12).

² No último seminário da disciplina Desenvolvimento Territorial e Escalas de Análise, estudamos a proposta de desenvolvimento defendida por Sergio Boisier, “Nacido en Purén en 1939, se formó inicialmente en la carrera de Economía de la Universidad de Chile, y más tarde, continuó sus estudios en el Master of Arts in Regional Science de la Universidad de Pennsylvania, USA, y luego su PHD (Cum Laude) en Economía Aplicada en la Universidad de Alcalá, Henares, España” (IEUT UC, 2022), cujo falecimento ocorreu recentemente, em outubro de 2022. No texto discutido (BOISIER, 1996), concluímos que sua proposta poderia ser sintetizada em perceber o desenvolvimento como projeto político, articulado a partir de seis elementos (a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno), cuja interação deveria ser promovida de forma densa e inteligente, enquanto projeto político regional. Contudo, conforme discussão de publicação posterior (BOISIER, 2000), identificamos sua tendência em direcionar seu projeto político em análise cuja densidade direciona-se aos fatores endógenos do território, pois desenvolvimento seria sempre local, endógeno, descentralizado, capilar e contínuo ou descontínuo.

³ Entendemos importante registrar diretamente no texto, o seguinte trecho de entrevista concedida por Michel Foucault (2012, p.44-45; 51-52), conforme registro na obra *Microfísica do Poder*: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma de saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (...) O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

⁴ Poder, para José Reis, não é um conceito abstrato ou de incidência apenas vertical, o poder se apresenta de forma complexa, em diferentes eixos e com proposições positivas e negativas, por isso no ponto, parece-nos tão próximo das discussões de poder, defendidas por Michel Foucault (2012).